ALGUMAS ANÁLISES DA DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURAS: REFLEXÕES E DESDOBRAMENTOS

Some analyses of the discipline of Libras in undergraduate courses: Reflections and developments

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Resumo: O presente trabalho objetiva problematizar a construção curricular da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas licenciaturas, bem como, trazer recortes de análises da vivência nas disciplinas lecionadas pelas autoras e, com isso, apresentar o envolvimento dos(as) alunos(as) tanto no aspecto teórico quanto prático. O trabalho fundamenta-se na análise do discurso francesa pela lente foucaultiana. Todavia, o texto se articulará em alguns conceitos de Vygotsky (1998) no que concerne a relação entre sujeito e linguagem, e Bakhtin (2006), ao perceber a correlação histórica presente na construção da disciplina, bem como a relação dialógica para composição de novos saberes. Em Foucault (1979) apoiamo-nos na perspectiva de tomar as relações de saber e poder que fazem emergir determinadas produções culturais para o momento profícuo e de análise. Portanto, nossa questão se delineia da seguinte forma: como está se consolidando o programa e currículo de tal disciplina? Quais as interfaces reais da mesma e o comprometimento visível dos futuros educadores que tiveram em sua grade a Libras como disciplina obrigatória? Os resultados apontam para o fato de que a mudança de concepções normalizadoras sobre o aluno surdo, de forma a possibilitar ao futuro professor uma visão mais realista e adequada da educação destes alunos foi mais significativa para estes graduandos do que somente o conhecimento básico da língua de sinais.

Palavras-chave: disciplina de Libras; educação de surdos; ensino superior.

Abstract: This paper aims to discuss the curriculum development of the discipline of Brazilian Sign Language (Libras) in teacher training, bringing cuttings analyzes the experience in the subjects taught by the authors and , therefore , present the involvement of (the) students (the) both theoretical and practical aspect . The work is based on the analysis of discourse permeated by concepts of Vygotsky (1998) and Bakhtin (2006) , realizing the historical correlation present in the construction of the discipline , as well as the dialogic relation to the composition of new knowledge ; and Foucault (1979) the relations of knowledge and power that are emerging certain cultural productions for the fruitful moment and analysis . So our question is outlined as follows : how is consolidating the program and curriculum in this discipline ? What the actual interfaces of the same and the visible commitment of future educators who had in his crate to Pounds as a compulsory subject ? The results point to the fact that the change in the normalizing conceptions of deaf students , in order to enable future teachers a more realistic and proper view of these students was more significant for these graduates than just the basic knowledge of the language of signals.

Keywords: Discipline of Libras ; Education of the deaf ; Higher education.

I. INTRODUÇÃO[1]

> *Na medida em que seres vivos se afastam do tipo específico serão eles anormais que estão colocando em perigo a forma específica, ou serão inventores a caminho de novas formas? Conforme formos fixistas ou transformistas consideraremos de modo diferente um ser vivo portador de um caráter novo (CANGUILHEM, 1995, p. 110).*

O modo como "representamos" o outro confere formas teóricas de conceber o mundo, a linguagem e a relação cultural. Desta forma, não é unanime a nomeação feita sobre o corpo do outro, nem mesmo as práticas se igualam, uma vez que se pode "fixar" o outro na forma de um padrão, ou "transformar" suas diferenças como coextensiva a vida, e desta forma, como mais um modo de vida que não quer se calar, nem deve ser normalizado. Para iniciar este texto trouxemos a epígrafe acima como balizadora de nossas práticas, na medida em que colocamo-nos no espaço tenso da constante inquietação, para caminharmos rumo a um olhar "transformista" e não "fixista". Assim, marcamos desde já nossa imersão nos estudos minoritários que narram a pessoa surda não pela falta orgânica, mas pela diferença cultural e pela produção linguística minoritária efeito da língua de sinais, que é pouco usada nos espaços onde vigoram práticas majoritárias (SKLIAR, 1997; SOUZA, 2002).

Sobre isso vale afirmar que diante das reivindicações legais, efeito das produções discursivas e de lutas das comunidades surdas e de pesquisadores envoltos à temática da surdez numa vertente cultural, há a emergência de políticas linguísticas baseadas na legislação que reconhece a língua brasileira de sinais (Libras) como língua oficial da comunidade surda, sendo esta língua de instrução (BRASIL, 2002, 2005). É por meio deste marco legal que as universidades se veem obrigadas a repensar o currículo de alguns cursos, especificamente, os da licenciatura, promovendo a inserção da disciplina de Libras em sua grade curricular (MARTINS, 2008a).[2] Direito conquistado pela comunidade surda para a formação de

[1] Esse artigo é resultado de uma comunicação oral apresentada para o Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) ocorrido em novembro de 2014 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). As análises e discussões aqui encontradas foram discutidas e apresentadas por meio de um texto completo no referido evento.

[2] A disciplina de Libras tem obrigatoriedade de oferecimento na grade curricular nos cursos de licenciaturas, nível médio e superior, no curso de fonoaudiologia e educação especial. Nosso foco neste trabalho é o de analisar como a disciplina de Libras tem sido ofertada nas variadas instituições de ensino, aprofundando o olhar nos espaços de atuação das autoras. A partir das análises pretende-se observar os desafios e avanços políticos a partir e como desdobramento do contato dos

docentes com o mínimo conhecimento (pelo menos) em relação a língua de sinais e as práticas culturais entrelaçadas por uma experiência que promove ao ser surdo sua constituição visual, ou seja, por meio de uma língua que se difere da oral auditiva, no caso a língua portuguesa.

O Decreto 5626 / 2005 afirma em seu capítulo II:

> *Art. 3o A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*
> *§ 1o Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.*
> *§ 2o A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, p. 1).*

Nosso trajeto como educadoras da disciplina de Libras mostra a necessidade de expansão da mesma para outras áreas, em especial a da saúde, não como disciplina optativa, mas também como obrigatória, uma vez que alegaremos aqui a importância da disciplina não só para o aprendizado prático da língua em questão, mas para a configuração de um saber sobre as especificidades culturais, linguísticas e de direito da pessoa surda. A área da saúde carece deste espaço, uma vez que são estes profissionais, em especial os médicos, que farão o diagnóstico da surdez e terão o primeiro contato com as famílias de pessoas surdas, portanto, noções de aquisição de linguagem são fundamentais para este segmento, bem como as questões culturais e de identidade. Nota-se ser ainda hegemônico nas ciências da saúde, o conceito de surdez como desvio da normalidade, o que mobiliza estes profissionais a orientarem os pais para a necessidade de integrar o

---

educandos com a disciplina em questão. Sabemos que muitas áreas de conhecimento investigam a surdez como campo de conhecimento, a fonoaudiologia, por exemplo, é uma das áreas com estudo sobre a relação surdez e linguagem. Todavia nosso objetivo neste texto é o de analisar as práticas sócio-históricas no campo da surdez, e não clínica, portando faremos um percurso teórico a partir dos discursos culturais. Isso para discorrer sobre o fazer da disciplina de Libras e como ela propicia um contato com o universo “surdo” para diversos estudantes de cursos distintos. Essas disciplinas têm sido ofertadas por professores que tenham fluência na Língua de Sinais com variadas formações em nível de graduação e pós-graduação. Atualmente, com os cursos de Letras Libras Licenciatura, as demandas de formação específica para atuação nas disciplinas mudará o perfil dos docentes. Algo que não será aqui explorado, mas que vale a pena deixar registrado.

surdo à sociedade ouvinte, muitas vezes apartando-os de outros surdos; construindo uma negação pela língua de sinais, como se seu aprendizado inviabilizasse a fala oral; e ainda a indicarem a cirurgia de implante coclear e a oralização através de terapia fonoaudiológica, como únicas formas possíveis de desenvolvimento destes sujeitos. A medicalização dos corpos e dos comportamentos humanos é a base da maior parte das práticas dos profissionais da saúde (sem generalizar), e pensamos que a disciplina de LIBRAS, no currículo dos alunos destes cursos, poderia reverter essa concepção, uma vez que a base de discussão se finca na vertente social.

Retomando nossa questão para o momento, faremos uma análise da disciplina de Libras nas licenciaturas, espaço em que mediamos a consolidação deste saber para: 1) apresentar quais os trajetos que por nós foram, até o momento construídos como programa de curso, o que oferece ferramentas de análises para outros cursos que inseriram tal disciplina; 2) como se tem caracterizado em outras instituições a disciplina de Libras, de modo geral; 3) como os alunos respondem à disciplina e as articulações dela na vivência prática escolar e em pesquisas: o que aparentemente é mais significativo para um semestre, a parte prática ou a fundamentação teórica na perspectiva cultural, baseada nos estudos surdos?

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar reflexões sobre o ensino da disciplina de Libras, bem como, estabelecer um diálogo sobre a construção curricular e as interfaces já estabelecidas com os alunos cursantes no desenvolvimento de projetos de pesquisas e atuações práticas no decorrer da disciplina ministrada.

Diante destas inquietações introdutórias, dos objetivos, e mais os elementos trazidos para este artigo, apresentaremos agora as bases teóricas que fundamentam nossa prática como educadoras, balizadoras neste artigo, e que se articulam com a vertente assumida das disciplinas de Libras apresentadas.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NOS ESTUDOS CULTURAIS SURDOS: A SURDEZ COMO PRODUÇÃO CULTURAL

> *[...] há uma história, uma herança, um monumento naquilo que chamamos de educação. E, nessa história, a pergunta pela educação se volta sobre nós mesmos para nos obrigar a olhar bem. Olhar melhor nossa pergunta, pois toda pergunta pode ser também um abandono, uma obstinação, ou então um cruel convite à sinceridade (CARVALHO, 2010, p. 137).*

A educação de surdos como mencionada anteriormente está atrelada a várias concepções que circunscrevem modos de conceber a linguagem e a relação sujeito/língua (SOUZA, 2006; MARTINS, 2008a, 2008b). Há um discurso que alça a surdez numa perspectiva da deficiência e diante desta visão as práticas educacionais se voltam para um fazer reparador. A surdez que pode ser "curada" por meio de exercícios fonoaudiológicos, uso de aparelhos de amplificação sonora, aprendizado da leitura labial, entre outras estratégias que suavizariam a diferença entre ser surdo e ser ouvinte. Em contrapartida a esta vertente há uma concepção que toma a surdez como diferença cultural e linguística e, portanto, não visa o reparo do surdo por meio do acesso a língua oral da comunidade majoritária, mas prioriza o aprendizado da língua de sinais por entender ser esta língua mais natural, não apresentando nenhum impedimento orgânico para sua aquisição (SOUZA, 2006; MARTINS, 2008b).

Esta abordagem entende a especificidade cultural e linguística de pessoas surdas que se subjetivam por meio de uma língua de modalidade espaço-gestuo-visual e constroem em si experiências visuais muito distintas das pessoas ouvintes, portanto, anuncia uma distinção entre sujeito/lingua(gem); o que representa a formação de práticas distintas com a pessoa surda, dependendo de suas balizas e concepções acerca da surdez.

Anunciamos nossa inscrição na perspectiva cultural baseada nos Estudos Surdos (SKLIAR, 1998; SOUZA, 2002; QUADROS, 1997) e neste lugar discursivo configura-se o programa de curso que desenvolvemos nas instituições que lecionamos: apresentando a diferença cultural do surdo e a língua de sinais como constituinte de subjetividade, não como instrumento, mas como potencializadora de construção discursiva e de inserção do sujeito no mundo da linguagem.

> *Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e o mundo dos surdos (SKLIAR, 2001, p. 29).*

Segundo Vygotsky (1991) a linguagem constitui o pensamento, sendo a base da formação do ser humano como sujeito. Deste modo, é por meio da língua que há uma produção de singularidades, de criação e de troca com o outro por meio de signos construídos socialmente. Sendo assim, a língua de sinais se torna mais

natural para a criança surda, seu aprendizado não ocorre de modo “forçado”, ou sistematizado em clínicas, mas acontece em contexto natural de discurso – esse seria o espaço melhor de aprendizagem e em condições ideais, tendo a presença de surdos adultos falantes da língua de sinais de modo natural. Da mesma forma, baseado numa vertente cultural, Bakhtin (1999) evidencia o caráter vivo e social da língua, quando afirma: "A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação social dos locutores" (p. 127). Esta perspectiva linguística é a que prevalece na disciplina que lecionamos. E, ainda, para completar nossos referenciais teóricos para este trabalho, mencionamos Foucault (1979) como responsável por provocar a suspeição de verdades socialmente construída sobre o outro. Articulamos suas suspeições aos discursos “fixos” sobre o surdo e sua língua, no que se refere a “modelizações” do que seja o modo ideal de vida para o outro; e da própria configuração histórica como forças que emergem dentro de um programa político que quer fazer anunciar uma forma de sujeito e sua relação com seu corpo, dentro do quadro de verdades anunciadas e suas noções composicionais de saber.

Desta maneira, como anunciado anteriormente, a surdez pode ser concebida dentro de uma concepção patologizante, nos moldes do olhar clínico, todavia esta mesma surdez pode ser pervertida e fraturada dentro de outra inscrição/invenção (LOPES, 2007) como diferença cultural e linguística; como criação de um outro espaço: o da diferença. É nesse viés que partimos nossa escrita da disciplina e dela como concebemos a relação sujeito surdo e linguagem, na marcação da surdez como experiência que faz emergir no corpo surdo singularidades existenciais, distintas das dos ouvintes. Sem enquadrá-las (as singularidades surdas) como verdades absolutas, traremos nossas experiências de educadoras visando apontar tal perspectiva – a da diferença – no decorrer da disciplina que aqui será apresentada.

Pesquisas sobre ensino da disciplina de LIBRAS no ensino superior têm sido frequentes desde que esta se tornou obrigatória nos currículos das licenciaturas. Descrevemos a seguir algumas das análises destas pesquisas.

Lemos e Chaves (2012) analisaram as ementas e os conteúdos do plano da disciplina de Libras de seis Universidades Federais de quatro regiões brasileiras distintas. Os autores concluíram que existe um engessamento na seleção do conteúdo, sendo que a maioria dos cursos segue a sequência do curso básico

"Libras em Contexto". Apontaram também uma priorização do conteúdo teórico em detrimento ao ensino da Libras.

Almeida e Vitalino (2012) analisaram a implantação da disciplina de Libras no curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior pública, ministrada por uma professora surda, do ponto de vista dos graduandos. Após analisar a resposta a um questionário respondido pelos alunos, os autores chegaram aos seguintes resultados: 27,5% dos alunos indicaram que o conhecimento de LIBRAS é necessário para o ensino de alunos surdos; 22,5% apontaram que são necessários conhecimentos relacionados tanto à Libras como quanto à educação ou inclusão de alunos surdos; e 17,5% consideraram necessários alguns outros conhecimentos a respeito das condições pedagógicas dos surdos. Outros 17,5% dos participantes acreditam na necessidade de uma especialização na área para poderem trabalhar com alunos surdos. Por fim, os pesquisadores concluíram que a maioria dos participantes percebeu, através da disciplina cursada, que para se ensinar alunos surdos são necessários outros conhecimentos pedagógicos específicos, além de dominar a LIBRAS.

Pereira (2008) desenvolveu sua pesquisa de mestrado em oito instituições de ensino superior, utilizando entrevistas com 10 coordenadores de cursos de formação de professores. Os resultados indicaram que destas, apenas quatro haviam implantado o ensino de Libras e outras quatro apenas haviam incluído a disciplina Libras em suas propostas curriculares, sem ainda a terem implantado. Nos quatro cursos que implementaram o ensino de Libras, dois deles eram ministrados por professor surdo e dois, por professor ouvinte fluente em Libras. Os entrevistados mencionaram que a carga horária da disciplina era insuficiente para cumprir com todo conteúdo e desenvolver a disciplina de maneira satisfatória.

Alguns dos resultados apontados nas pesquisas supracitadas se confirmam em nossa pesquisa, tais como a necessidade de que a disciplina de LIBRAS desenvolva nos alunos conhecimentos a cerca das peculiaridades pedagógicas dos alunos surdos (ALMEIDA e VITALINO, 2012) e a insuficiência da carga horária da disciplina (PEREIRA, 2008), como nossos dados demonstrados a seguir, no que concerne a proposta inclusiva de formação de licenciados bilíngues para atuar em escolas com alunos surdos. Tais aspectos apontam que a configuração atual da disciplina reflete a proposta política educacional que se quer efetivar atualmente: a da disciplina de Libras estar articulada a perspectiva inclusiva de educação para

surdos sendo possibilitada pelo intérprete de língua de sinais educacional e não por meio de professores bilíngues. O não adensamento na prática da língua de sinais reforça essa perspectiva. O que se percebe é a mudança de concepção do aluno surdo no que tange aos Estudos Surdos, mas não uma efetiva potencialização de docentes bilíngues. Será que o MEC – Ministério da Educação – tem interesse político em formar educadores bilíngues? Verificar estas questões se faz importante para entender a proposta política da disciplina de Libras na legislação e seus desdobramentos. Os estudos na perspectiva foucaultiana são provocativos na medida em que permitem pensar que as ações refletem em políticas e verdades que pretendem ser mantidas. Estes saberes nos importam para a presente discussão.

III. LIBRAS: PROPOSTA E PROGRAMA DE DISCIPLINA

A partir de nossa realidade, a que tomamos como dados de análise, passaremos a apresentar a estruturação da disciplina em questão para apontarmos algumas reflexões que nos foi possível até o momento. A disciplina é organizada com 50% da carga horária destinada à teoria e 50% à prática da LIBRAS. Os conteúdos desenvolvidos na parte teórica envolve os seguintes temas: Língua, linguagem e surdez; Aquisição de linguagem da criança surda; História da educação dos surdos; Políticas educacionais e inclusão do surdo; Cultura e identidade surda; Educação Bilíngue; Pedagogia Visual e Ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua.

Os temas desenvolvidos visam levar o licenciando a refletir sobre a prática pedagógica com alunos surdos, compreendendo as peculiaridades educativas destes sujeitos. Já a parte prática, visa introduzir o futuro professor no conhecimento básico da LIBRAS. Em nossa compreensão, o conhecimento básico desta língua é insuficiente para proporcionar uma fluência ao futuro professor, ou seja, o que ele aprende em um semestre não o permitirá lecionar nesta língua para um aluno surdo. Todavia, é essa a proposta firmada na lei, a de oferecer a disciplina de Libras em um semestre. Cada instituição pode estabelecer a produção de novos fazeres e, se quiser tem autonomia para aumentar a carga-horária da disciplina, por exemplo. No entanto, há que se pensar que a formação de educadores bilíngues, em Libras e Português, vai muito além do proposto na disciplina, carecendo outras articulações e propostas de curso específicos. No entanto, para a disciplina de Libras parece-nos

ser fundamental a mudança conceitual com relação ao entendimento da pessoa surda e as suas peculiaridades educativas parecem ter maior significação no contexto geral desta disciplina.

A disciplina objetiva levar o licenciando a uma reflexão sobre a realidade da educação de alunos surdos em importantes aspectos como: as dificuldades na comunicação quando a língua do aluno é diferente da do professor; como a língua de sinais é fundamental para a aprendizagem dos sujeitos surdos; a necessidade de ensino da língua portuguesa como segunda língua; a importância da visualidade para aquisição de conhecimentos destes sujeitos, entre outros. Concordamos com Pereira et al. (2011, p. 113), quando afirma que:

> *[...] um curso básico de Libras deve possibilitar aos alunos não apenas o aprendizado da Libras, mas também um panorama que contemple o percurso histórico das línguas de sinais na educação dos Surdos, aspectos culturais das comunidades Surdas e aspectos linguísticos da Libras.*

No contexto de uma das Universidades em que lecionamos, a disciplina é dividida com um professor surdo. Observamos que este fato é muito significativo para a aprendizagem dos alunos, uma vez que, na relação com este professor, os alunos passam a ter uma visão mais realista das possibilidades deste sujeito.

IV. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Uma imagem do discurso não deixa de ser a imagem de um homem que fala.
Bakhtin (1997, p. 186)

Para o desenvolvimento das análises propostas fizemos algumas escolhas teóricas, as quais foram anunciadas no decorrer do texto. Tais lentes teóricas permitiram um modo de olhar e de manusear os dados coletados no período de um ano e meio, ou seja, em três semestres de desenvolvimento da disciplina de Libras em duas instituições de ensino superior distintas: uma pública (no interior do estado de São Paulo) e outra privada (também no interior do estado de São Paulo) no ano de 2013 e no primeiro semestre de 2014. Cada disciplina é desenvolvida em um semestre tendo crédito de 40 horas em uma e 60 horas em outra. No geral observamos que essa é a recorrência de carga-horária de muitas instituições superiores. Durante a disciplina ministrada pelas professoras/autoras deste artigo

desenvolvemos algumas atividades que seriam posteriormente avaliadas para uma possível reflexão do desenvolvimento da aprendizagem de Libras pelos alunos, bem como as mudanças conquistadas sobre a representação que faziam da pessoa surda no início da disciplina e o olhar sobre este ponto ao término da mesma. Ressaltamos que os participantes foram os alunos matriculados nas três disciplinas ocorridas nos três semestres apontados. Deste modo, não levamos em consideração a idade dos participantes, nem o gênero, pois neste caso não há influências diretas para a pesquisa na medida em que se pretende olhar os discursos sobre a surdez presente no grupo e as mudanças advindas pela formação na disciplina de Libras. Para as análises realizamos uma atividade na qual dividimos os alunos em grupo (formando assim 5 grupos entre os estudantes). Após a configuração que foi proposta pelas docentes por proximidade dos alunos na organização espacial da sala de aula, entregamos algumas questões para serem respondidas no início da disciplina. Tais questões foram refeitas ao término da disciplina para análise do desenvolvimento e mudanças conceituais no campo da surdez[3].

Um dado importante a ser considerado é que o procedimento metodológico para análise dos dados coletados seguiu a análise do discurso francesa, baseada nos estudos de Michel Foucault (1979), mais especificamente na construção de uma genealogia sobre as implicações dos saberes circulantes como efeito de práticas e verdades produzidas nos sujeitos. Bem como, observar como a legislação atual opera em uma nova configuração de saber: no caso do oferecimento obrigatório da disciplina de Libras, colocando os alunos em contato com um grupo minoritário e sua língua. Travamos um diálogo com os saberes propostos pelo documento legal (BRASIL, 2002, 2005) e os discursos proferidos por alunos cursantes das disciplinas ministradas pelas duas pesquisadoras/educadoras ao término da disciplina.

Os discursos dos sujeitos na perspectiva foucaultiana importam e dizem sobre os saberes que foram incorporados no processo relacional e as verdades

[3] Ressaltamos que a pesquisa se deu em duas instituições de ensino superior, uma pública, no interior do estado de São Paulo e uma privada na mesma cidade. O foco da investigação desta pesquisa estava na disciplina de Libras como possibilidade de mudança de concepção sobre a surdez. Disciplina acrescida no currículo das licenciaturas, como disciplina obrigatória a partir do Decreto 5.626/05. Deste modo, temos alunos de diferentes faixas etárias. Nas salas observadas a predominância era mulheres na instituição particular, por se tratar de um curso de pedagogia, e na instituição pública tínhamos uma turma variada no gênero, pois se tratava de uma sala com várias licenciaturas. Ressaltamos que nem a idade, nem o gênero é relevante para esta pesquisa, uma vez que as análises estão nas representações e mudanças conceituais sobre o surdo e a surdez com no decorrer da disciplina ministrada.

produzidas socialmente que se inscreveram nos corpos dos sujeitos analisados. Se a disciplina tem um objetivo proposto, o de travar diálogos sobre os aspectos culturais, as falas dos sujeitos refletem se a proposta foi alcançada. Também através dela podemos perceber quais os direcionamentos que a disciplina traz, como implicações futuras aos educadores e formandos, bem como, se irá refletir numa outra proposta de inclusão de alunos surdos, e ainda, se há interesses políticos para mudanças escolares reais. Tencionar a disciplina como promotora de mudanças, mas como manutenção de saberes procede aqui de modo que não adotamos ingenuamente a legislação e nem seus efeitos sobre as práticas educacionais. Nossa hipótese para isso é a de que a disciplina possibilita um outro encontro e novo olhar sobre a surdez, todavia, não consegue, com o curto tempo desenvolver sujeitos bilíngues para o ensino de surdos, reforçando novamente a perspectiva de entrada do intérprete de língua de sinais educacional como protagonista para o ensino de alunos surdos[4]. No entanto, a expectativa é a de que a disciplina consiga desfazer alguns mitos acerca da surdez e da pessoa surda e propor uma experiência de contato com a língua de sinais, ainda que inicial – essa é a proposta política que, como educadoras, pretendemos assumir, na resistência ao ensino homogêneo. Todavia, anunciamos nossa inquietude no texto: de fato, qual a intervenção da disciplina? Esses são aspectos que buscamos olhar e travar no diálogo textual, com autores que investigam isso, com documentos legais (DECRETO 5.626/05 mais especificamente) bem como, na escuta dos alunos formandos de diversos cursos, conforme exigência da legislação sobre a disciplina obrigatória para os cursos de licenciatura – espaço e lugar observado.

Reforçamos que os jogos de forças resultam de certas relações de saber firmadas e consolidadas socialmente e que impedem a produção de diálogos entre frentes que olham a surdez por via distinta, não como deficiência, mas como diferença linguística, conforme apontada no início do texto. Esse é o aspecto mais relevante para a discussão na disciplina, se tomada por um viés antropológico. A proposta, e nosso desafio, é o de travar diálogos entre a concepção Foucaultiana de relações de poder e saber, agenciadoras de práticas institucionais, com as perspectivas bakhtiniana e vygotskyana, guardadas as distinções teóricas e as origens que fundamentam cada teoria. Os constructos teóricos serão aqui adotados

[4] Esse tema não será aqui debatido, mas há inúmeros trabalhos que discutem a difícil tarefa do intérprete de língua de sinais nos anos iniciais da educação de sujeitos surdos.

como caixas de ferramentas que possibilitam instrumentalizar certa discussão e seus conceitos como balizadores para o pensamento que ora é produzido. Em Vygotsky (1991) buscamos a relação sujeito e linguagem. Nessa abordagem o sujeito se constitui pela língua que lhe é apresentada socialmente. Sendo o surdo constituído pela língua de sinais, o aprendizado da mesma pelos futuros educadores é de fundamental importância para uma prática bilíngue (Português/Libras) na escola. Há uma linha tênue, que aqui arriscamos o diálogo nestas três posições, sendo ela a da compreensão da historicidade das relações dos sujeitos. Para Bakhtin (1999) a presença do outro se faz fundamental na constituição do "si mesmo", sendo sempre uma relação dialógica, onde os discursos, enquanto produtores de enunciados, só se explicam a partir de um contexto específico, articulador e promotor de saberes e práticas. Para Vygotsky (1991) a relação e os saberes só se fazem significativos por meio da interação, mediada pelo outro.

> [...] a linguagem está fundada, necessariamente, na *relação* e, portanto, salvaguardando o lugar fundante da alteridade, do outro, das múltiplas vozes que defrontam para constituir a singularidade de um enunciado, de um texto, de um discurso, de uma autoria, de uma assinatura. (BRAIT, 2013, p. 79 – grifo da autora).

Evidencia-se a necessidade de interações reais por meio dos discursos para a própria construção do "eu" que se vê fundamentalmente no outro. Assim, partir das análises travadas com alunos por meio de diálogo na sala de aula**,** bem como pelas entrevistas coletadas, parece adequado para conhecer e aproximar ao objeto de estudo proposto. Dado o modo de convocação da perspectiva bakhtiniana, passamos a anunciar os usos dos saberes constituídos na obra de Michel Foucault, o qual ganha força neste trabalho.

Para observar o as apropriações dos alunos no que tange à disciplina e suas relações alçaremos mão do procedimento metodológico anunciado nos arquivos históricos dentro da vertente foucaultiana – a perspectiva genealógica que propõe olhar as relações de poder e saber: o de análise da contingência política que perpassa nas relações e nos saberes que os alunos trazem para dentro da sala de aula: as concepções de surdos assumidas no início da disciplina e os desdobramentos posteriores ao contato de um semestre com discursos sobre a surdez e a língua de sinais. Esse procedimento é fundamentado pelo conceito de genealogia em Foucault (1979) ao afirmar que só conhecemos parte de um acontecimento histórico quando mergulhamos na microfísica dos poderes e das

relações que os fizeram emergir como possibilidade prática e de discurso: na instituição, sua emergência enquanto parte de um mecanismo de poder que surge nos emaranhados de saberes circulantes socialmente. Quais saberes se fundam diante de um determinado conhecimento sobre o objeto olhado: a educação de surdos perpassada pela constituição de novos saberes no fazer da disciplina de Libras?

Para Foucault (2014) "o conhecimento se baseia numa rede de relações [...]" (p. 190), e dessa rede, emergem práticas que derivam em certas subjetividades perpassadas por certos saberes que puderam, ou conseguiram sobreviver. A mudança de um saber para outro requer luta política, tensão, resistência. Firmar uma política bilíngue e fazer circular a língua de sinais na escola, com o mesmo *status* que a língua portuguesa, requer uma inversão epistemológica sobre o surdo e sua presença enquanto ser ativo da diferença: isso se faz na resistência e na luta de novos discursos para serem vistos, outrora estavam sufocados por outras verdades. Proposta aparente do Decreto 5.626/05 e pensada através da disseminação da disciplina de Libras, como elo para esse desdobramento. No entanto, a prática permite isso? Nosso desafio, portanto, a partir deste arcabouço teórico é o de apresentar os saberes que lutam para a consolidação da inclusão de outro modo, e da possibilidade de luta e resistência pela disciplina proposta. Luta que marcha na mão contrária a vertente até hoje consolidada como saber posto em funcionamento, do olhar para a surdez pela lente da deficiência e não da diferença linguística. É possível com a disciplina ministrada nos variados cursos de licenciatura criar condições efetivas para outro uso para o conceito de inclusão de surdos? Isso se faz com luta e por meio das resistências surdas, na posição, ou construção de professores bilíngues com fluência na língua de sinais.

Portanto, nessa perspectiva teórica todos os envolvidos no processo: leis, decretos, cotidiano, pessoas (aqui alunos que cursaram a disciplina e que contribuíram com suas enunciações). Tudo importa, e nada tem peso maior. Uma fala reflete verdades tais como um documento legal. Uma ação da criança surda na sala de aula e uma contra-ação dela marcam saberes, e importam. E ainda, o mesmo autor justifica que para conhecer uma instituição e suas articulações devem-se escutar os sujeitos que nela se inscrevem e dela se produzem como efeito. Em suas obras para narrar a história da loucura, como procedimento escolhido, nada

melhor que escutar o que “os loucos” proferiam sobre ela. Na prisão, a mesma lógica.

> *Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, como o rosto do outro [...]* ***o genealogista precisa da história para conjurar a quimera da origem*** *[...]* ***é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história****, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal dirigidas, que dão conta dos ativismos e das hereditariedades [...] (FOUCAULT, 1979, p. 19 – grifos meus).*

Assim, partimos, nesta pesquisa a observar relações firmadas no decorrer dos três semestres lecionados em duas instituições distintas. Deste processo, escolheremos alguns recortes que achamos ser profícuo para a discussão posta.

Como mencionado anteriormente será trazido enunciados produzidos pelos alunos observados, no início e no término da disciplina, bem como os encontros que possibilitaram uma mudança discursiva acerca da pessoa surda: se houve e o que potencializou isso. Estes emaranhados de experiências, e saberes serão retratados neste texto como forma de agenciar e repensar a ação e reflexão da disciplina de Libras como articuladora política para uma educação de fato pensada para as diferenças surdas.

V. O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS DE LICENCIATURA NA DISCIPLINA DE LIBRAS: ALGUMAS ANÁLISES POSSÍVEIS

Para iniciar a análise da repercussão da disciplina de Libras entre os alunos de licenciatura, apresentamos alguns enunciados coletados no primeiro dia de aula[5], a partir de questões apresentadas pelo docente e discutidas em grupo. A primeira questão foi assim formulada: *"Quem é o surdo?".* Esta questão possuía como objetivo fornecer uma ideia da concepção que os alunos tinham do sujeito surdo

[5] O procedimento foi realizado nas duas instituições anunciadas nos três semestres. Optamos aqui a escolha das respostas trazidas pelos estudantes da instituição pública por ser esta sala de aula mesclada por alunos de licenciaturas distintas, diferente da situação da disciplina ofertada para alunos da instituição particular que eram todos estudantes de pedagogia. O universo de sujeitos e cursos diferenciados pareceu-nos potencializador para as análises.

anteriormente ao que seria trabalhado na disciplina. Eis as respostas obtidas nos 5 grupos de alunos (denominados G1 a G5)[6]:

"O surdo é o indivíduo com deficiência auditiva, congênita ou adquirida, total ou parcial" (G1).

"A pessoa surda é aquela que não escuta e, consequentemente, não fala. A ausência da fala não se dá por falhas biológicas, e sim por não ouvir os sons de modo a não conseguir produzi-los" (G2).

"Pensamos que é aquele que tem perda significativa da audição" (G3).

"O surdo não necessariamente é mudo. Surdez não é doença, é uma deficiência. Nós que possuímos a fala nos sentimos sensibilizados com surdos. O surdo, muitas vezes, passa por despercebido, porém possui necessidade de adequações para suas dificuldades" (G4).

"O surdo é um sujeito como qualquer outro que possui uma deficiência auditiva, seja parcial ou total. Alguns são oralizados, outros utilizam a LIBRAS e muitos usam as duas maneiras. Os surdos não são mudos, já que, de uma forma ou de outra, expressam-se e interagem com as pessoas de seu convívio" (G5).

A partir destes enunciados percebe-se a marca da deficiência como característica definidora do sujeito surdo: *"Pessoa surda é aquela que não escuta"; "Surdez não é doença, é uma deficiência"; "possui uma deficiência auditiva, seja parcial ou total"; "necessidade de adequações para suas dificuldades".* Em nenhum dos enunciados aparece a caracterização pelo elemento positivo, ou seja, de ser um sujeito que se constitui pela visualidade e por uma língua gesto-visual. Estas significações, comuns no nosso cotidiano, demonstram a hegemonia do discurso médico sobre a visão da surdez e do sujeito surdo e as construções de verdade sobre o corpo do outro que vão sendo significadas socialmente (FOUCAULT, 1979).

Este aspecto determina, em primeira mão, a necessidade de se apresentar a visão de surdez enquanto minoria linguística e não de um "povo sofrido", aquele que provoca a sensibilidade em "*Nós que possuímos a fala".* A dicotomia "eles que não ouvem" e "nós que falamos" refletida neste enunciado, aponta para a necessidade

[6] As falas dos alunos serão apresentadas em itálico e entre aspas. Os grupos foram divididos pela docente no dia da aula com a finalidade de aproximação entre os alunos para pensarem sobre as respostas que seriam construídas coletivamente. A estratégia teve como objetivo potencializar a troca entre os alunos e após a discussão no pequeno grupo fecharem uma resposta que seria devolvida para a docente e apresentada coletivamente. Esta atividade foi usada na sala de aula e posteriormente serviu de dado para o presente texto.

de envolver os alunos em outra perspectiva, de informar que a Língua de Sinais é uma língua pela qual "eles - os surdos - falam", e de introduzir importantes conceitos já delineados por pesquisadores que defendem a concepção antropológica da surdez, tais como identidade, cultura, lutas sociais por direitos iguais, educação bilíngue, entre outros. Tal como apresenta Foucault (1979) a mudança de discurso só se efetiva a partir do encontro com novos saberes, é o enfrentamento e a potencialização de outros encontros que possibilitam a aparição do surdo de outros modos nas narrativas dos sujeitos apresentados.

A segunda questão dirigida aos alunos foi a seguinte: "*Como o surdo aprende?"*. A esta questão obteve-se as seguintes respostas:

"Consideramos que o surdo faz diversas relações a partir da observação dos movimentos corporais, faciais e labiais" (G1)

"O surdo e o ouvinte aprendem da mesma maneira de acordo com sua experiência com uma língua. A experiência adquirida anteriormente influencia seu processo de aprendizagem na escola". (G2)

"O surdo aprende da mesma maneira que qualquer outra pessoa, com a diferença de que ele explora mais os outros sentidos e referências devido à sua limitação auditiva" (G3)

"Temos a hipótese de que o surdo aprende visualmente. Discutimos como é o pensamento do surdo, se o surdo tem pensamentos verbal" (G4)

"O surdo tem a mesma capacidade para aprender que o ouvinte, embora o sistema de ensino não favoreça sua aprendizagem. São necessárias estratégias (pautadas principalmente no visual) para o aprendizado dos surdos". (G5)

As respostas a esta questão apontaram para a necessidade urgente de levar aos estudantes de licenciatura a informação da importância da Língua de Sinais para a aquisição de conhecimento pelos sujeitos surdos. Embora, alguns apontem a importância da visualidade para a aprendizagem, fator que realmente deve ser priorizado na escolha de recursos didáticos destes alunos, a Língua não é mencionada como elemento fundante na aprendizagem. Parece haver uma concepção sensorial da aprendizagem, como se ela ocorresse pela estimulação dos sentidos, o que possível apreender pelas expressões: "*observação dos movimentos corporais, faciais e labiais";* "*explora mais os outros sentidos"; "aprende visualmente".* Embora, saibamos que estes fatores são realmente significativos para os surdos, o conceito de que a língua de sinais é estruturante do pensamento é

totalmente ignorada, a ponto de um grupo (G4) se questionar "*se o surdo tem pensamentos verbal".*

Portanto, assumir uma posição social de aprendizagem, convocando aqui a teoria vygotskyana para o centro das discussões parece favorável. Só desta forma é possível alertar os futuros professores da importância da língua de sinais para os surdos, não só como forma de comunicação, mas também e, principalmente, como base do pensamento e da aquisição de conhecimentos, pois como afirma Vygotsky:

> *As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução da história da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência. (1991, p.132).*

Como futuros professores, que podem eventualmente ter alunos surdos em suas salas, esta noção é essencial. Desta forma se garante que esses licenciandos não negligenciam a necessidade da Língua de Sinais ser a língua de instrução destes sujeitos no espaço escolar, seja com professores bilíngues, seja com a presença de intérpretes de língua de sinais.

A disciplina se apoia nesta ideia principal, a saber, a necessidade de formar professores que reconheçam as reais necessidades dos sujeitos surdos e compreendam as peculiaridades de seus modos de aprender. Esta tem sido a meta destas docentes e, se, em parte isso for alcançado, o objetivo da inserção da disciplina nos currículos das licenciaturas parece ter atingido aquilo pelo que, por anos, os surdos lutaram: o respeito às suas necessidades linguísticas.

O enunciado de uma aluna de licenciatura, após o estágio em uma escola municipal de educação de jovens e adultos, definida como polo de educação bilíngue, pois atende a alunos surdos e ouvintes, nos faz ter impressão de que esta meta foi atingida, ao menos em parte, sob a ótica dos licenciandos cursantes da disciplina. A aluna diz em seu relatório do estágio:

> *A observação da aula de Língua Portuguesa, exclusiva para alunos surdos, mostrou que inclusão não é simplesmente colocar um grupo de surdos e um intérprete numa sala de aula com professor e alunos ouvintes; ela vai além desse contato. Em uma sala de aula exclusiva para alunos surdos e um professor bilíngue, e, melhor ainda, também surdo, poderia ocorrer um processo de aprendizagem até mais eficiente, pois a utilização de uma pedagogia visual seria mais intensa, sem contar que todos ali, literal e metaforicamente falariam a mesma língua. Inclusão no contexto da sala de aula é,*

> *também, a interação surdo/surdo - tão importante quanto as outras, mas muitas vezes esquecida - e a interação surdos e ouvintes poderia ser estendida para contextos extraclasse, como a hora do intervalo ou antes do início das aulas, situações informais nas quais o contato entre os diferentes é inevitável e a interação ocorre naturalmente. A criação de situações lúdicas como produção e encenação de peças de teatro, excursões, trabalhos em grupos como os desenvolvidos por nossa turma de estágio, por exemplo, também são eficientes para que haja interação e inclusão mútua (este tipo de trabalho o CEMEFEJA desenvolve com frequência). Por fim, acredito que esse tipo de inclusão em que surdos e ouvintes são colocados em um mesmo espaço de ensino formal possa ser eficiente, desde que o professor pense e produza sua aula tendo em mente que precisa utilizar estratégias diferentes. Ao mesmo tempo, esse tipo de inclusão pode abrir precedentes para que se pense que seu objetivo é "normalizar" os surdos, ou seja, tratar de maneira igual as diferenças evidentes, quando o objetivo da inclusão é propiciar uma vida de qualidade fazendo uso de competências específicas, já que "a falta de audição não prejudica intelectualmente o surdo, mas dificulta sua aprendizagem em um ambiente onde as estratégias em sua grande maioria são elaboradas para ouvintes. (A., licencianda em Letras, 2013).*[7]

Portanto, fica evidente que o contato com sujeito surdo, uma interlocação com ações práticas e vivências reais de escolarização de alunos surdos é uma possibilidade de ampliação da disciplina, para além da sala de aula, e uma forma de construir novos significados a partir do encontro com a diferença surda em contexto de ensino: problematizar o que seja a educação bilíngue, por exemplo. Discutir a teoria se torna mais enriquecedora quando o aluno pode observar dados práticos, todavia, a base teórica deve ser oferecida como forma de construção de um novo olhar sobre a surdez, se o curso tem um viés sócio-antropológico.

Ao final da disciplina fizemos uma roda de discussão apresentando os textos devolvidos pelos alunos no primeiro dia de aula e pudemos conversar sobre as mudanças conceituais significativas no decorrer da disciplina. Várias foram as falas dos alunos trazendo a perspectiva cultural, problematizando a inclusão de alunos surdos e a necessidade de escolas e salas bilíngues, bem como a informação do direito do surdo por intérpretes de língua de sinais em sala na qual o regente não é

[7] Dado coletado através do relatório de estágio obrigatório realizada pela aluna citada. O recorte se deu por apresentar as mudanças na representação da pessoa surda através do contato com sujeitos surdos no espaço escolar. Tal atividade mostrou-se eficiente durante a disciplina de Libras e trazemos aqui para potencializar os docentes desta disciplina espaços de observação da dinâmica escolar na qual tenham surdos incluídos.

fluente em língua de sinais, e, portanto, não é regida por professor bilíngue. Apresentamos a seguir o recorte de fala de uma aluna que pediu seu pronunciamento sobre suas reflexões com o término da disciplina:

> Aprender Libras neste semestre foi muito enriquecedor, embora o tempo seja curto e sabermos que com esta introdução não seremos professores bilíngues, nem intérpretes. O que achei importante é a visão da surdez que me acrescentou a vida, não imaginava que os surdos tivessem diferenças na aprendizagem por ser visuais, e nem que a língua de sinais era de fato uma língua. Esclareceu muitos mitos sobre as questões culturais da pessoa surda. Hoje se eu tiver um aluno surdo em minha sala, quando me formar, saberei orientar a família sobre o uso da língua de sinais e a importância do intérprete de língua de sinais, uma vez que com o básico não tenho condição de ensinar o aluno pela língua de sinais. Mas sei de informações que são fundamentais para os pais na relação com seu filho surdo. (G, aluna da disciplina de Libras, 2013).

Finalizamos esta parte do texto com a enunciação da aluna citada afirmando a implicação política da disciplina de Libras na formação de futuros educadores para o questionamento da prática de ensino de surdos no interior da escola, já que o tempo de disciplina não oferece possibilidade de formação de professores bilíngues. Este não é o foco da lei ao menos no que tange a formação geral de licenciandos nas disciplinas de Libras.

VI. CONSIDERAÇÃO FINAL

O que quer
O que pode esta língua?[...]
A língua é minha pátria
Caetano Veloso (1984)[8]

Caetano Veloso nos convida a refletir como a língua constitui cada um de nós que se deixa submeter a seus encantos: pensamos, produzimos, criamos, flertamos, cantamos: somos um, somos muitos por meio da língua que falamos que nos oferece morada. Os surdos? Como nós ouvintes se fazem muitos por meio de sua(suas) língua(s), visuais, línguas-mãos. Cabe a nós a escuta de sua língua e a construção de um currículo plural que não se feche apenas na língua portuguesa. Assim, iniciamos nossas considerações com a seguinte arguição: bem sabemos que a disciplina de Libras é uma conquista para a área dos estudos da surdez na vertente cultural, assim como para as comunidades surdas de todo Brasil. Todavia, o modo como a disciplina é conduzida pode revelar um currículo mínimo que favorece

[8] Música “Língua”, composição de Caetano Veloso. Ano de lançamento: 1984 Polygram.

o discurso da inclusão de surdos, de modo raso e superficial, na medida em que, aparentemente forma professores com domínio linguístico para atender as especificidades educacionais de alunos surdos. Problematizar o que seja uma educação bilíngue, e mesmo o aprendizado da língua de sinais como algo processual, para além da disciplina oferecida é possibilitar um espaço de reflexão e formação crítica dos licenciados que lidarão com a realidade da diferença surda no cotidiano da escola.

Oportunizar espaço de vivência real com sujeitos surdos em experiências educacionais é mais uma maneira de ampliar os questionamentos, interesses e conhecimentos dos alunos sobre essa perspectiva assumida. Mais que dominar a língua de sinais durante a disciplina, (o que sabemos ser algo de difícil conquista pelo tempo mínimo de exposição à língua) apontamos a necessidade de instrumentalizar o estudante sobre as leis que conferem direitos aos alunos surdos de uma escolarização tendo a Libras como língua de instrução e o que isso modifica no currículo da própria licenciatura. E com isso, apontar para o vertente que a disciplina parece favorecer: a inclusão de surdos feita pela presença de intérpretes de língua de sinais educacional. Problematizar essas questões com os futuros educadores já nos parece uma maneira política de ampliar parceiros para a construção de outras práticas inclusivas: anunciar o pouco tempo de prática da língua de sinais e os direitos dos alunos surdos é estimular outras reflexões com os alunos da disciplina em questão.

Oferecer contato com surdos na disciplina de Libras, e ainda, oportunizar espaço para a reflexão da diferença surda na escola, é, sem dúvida, apresentar um recorte da realidade que nossos futuros educadores encontrarão em sua caminhada docente, bem como possibilitar outras formas de perceber a surdez, para além do discurso da deficiência, do reparo, ou ainda, o olhar assistencial caritativo para com “aquele que não fala”; é no campo teórico que marcamos a fala dos surdos por meio da Libras e no encontro real, seja mediado pela presença de educadores surdos, e com a experiência de observar espaços de ensino em que a Libras seja língua de instrução que acreditamos trazer uma mudança discursiva da surdez, permitindo-a ser o que narramos por “experiências visuais singulares”.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; VITALINO, Célia Regina. **A disciplina de libras na formação inicial de pedagogos:** experiência dos graduandos. In Seminário de pesquisa em educação da região sul. IX ANPED SUL 2012 (anais). Disponível em http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2429/582. Acesso em: 25 de mar. 2014.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhael. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. 9 ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência daRepública, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/ L10436.htm. Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

_____. Decreto nº. 5.626, de 22 dez. 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez. 2005.

CARVALHO, A.F.de. **Foucault e a Função-Educador**: sujeição e experiências de subjetividades ativas na formação humana. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LEMOS, Andréa Michiles e CHAVES,Ernando Pinheiro Chaves. **A disciplina de libras no ensino superior: da proposição à prática de ensino como segunda língua.** Disponível em http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2190c.pdf

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINS, V.R.O. Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino Superior. **Rev. Cad. CEOM**, v.21, n.28, p.191-206, 2008a.
_____, V.R.O. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais***:* Relações de poder e (re) criações do sujeito. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas/SP, 2008b.

PEREIRA, Terezinha de Lourdes. **Os Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior.** Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, SP, 2008
SKLIAR, C. (org.) **Educação e exclusão:** Abordagens Socioantropológicas em Educação Especial. Porto Alegre, Mediação, 1997.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2001, p. 7-32.

SOUZA, R.M.de. Educação de surdos e questão de norma. In LODI, A. C. B., HARRISON, K. M. P., CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. (org.). **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

SOUZA, R. M de. Língua de sinais e escola: considerações a partir do texto de regulamentação da língua brasileira de sinais. ETD (Educação Temática Digital). Vol. 7. Nº 2, 2006, pp 263-278. Disponível em: http://143.106.58.55/ revista/viewissue.php?id=8. Acesso em: 10/01/2014

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Sobre as autoras:

Vanessa Regina de Oliveira Martins

Graduada em Pedagogia com habilitação em Educação Especial pela PUCCAMP (2004). Especialista em psicopedagogia institucional e clínica - Atualize/Unibem (2007). Mestre em Educação pela UNICAMP (2008). Doutora em Educação pela UNICAMP na área de concentração em filosofia e história da educação (2013). Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/ Língua Portuguesa no Departamento de Psicologia. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue (UFSCar). Membro do Grupo de Estudos TRANSVERSAL coordenado pelo Prof. Dr. Silvio Gallo e do GES (Grupo de Estudos Surdos) coordenado pela professora Dra. Lilian. Coordenadora do grupo de estudos discursivo em língua de sinais (GEDILS) em parceria com o professor Vinícius Nascimento na UFSCar.

Lilian Cristine Ribeiro do Nascimento

Possui graduação em Fonoaudiologia pela Pontificia Universidade Católica de Campinas (1987), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual

de Campinas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de surdos, atuando principalmente nos seguintes temas: educação de surdos, consciência fonológica, fracasso escolar, terapia fonoaudiológica e avaliação.